

Movimentos Sociais e Participação

Movimentos Sociais e Participação. Apresentação

Participação Social, o novo fantasma das elites, página 5.

De uma forma geral, na maioria dos países ditos Ocidentais, o texto da Constituição tem uma passagem que diz “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Se os cidadãos participam cada vez menos nos assuntos da cidade, porque não criar espaços para que seja ouvidos? “Ninguém melhor do que um residente de um bairro para saber quais ruas se enchem de lama quando chove”.

Mas, ***El poder está aterrorizado por el potencial de los movimientos sociales, página 9***, um pouco por todo lado, surgem leis que criminalizam os movimentos sociais com a intenção de assustar os cidadãos e para os manter em silêncio. No EUA, A agência de espionagem NSA arquiva todo o tipo de mensagens e fotografias de quem tem o mínimo de intervenção política. No Brasil ***Quem tem medo da Política de Participação Social, página 17?*** O Decreto nº 8.243/2014, editado pela Presidente Dilma Rousseff, institui a Política Nacional de Participação Social e muitos setores da sociedade procuram desqualificar o texto.

Plataformas online para facilitar a participação florescem em Itália – *Italy, a Test Lab for Participatory Democracy*, página 20 – e são promovidas pela sociedade civil ou pelos governos locais. Algumas destas plataformas, mais limitadas, favorecem a denúncia de problemas simples, outras, criam a possibilidade de debate e promovem a criação novas leis por parte dos utilizadores.

Em Espanha, A rede Partido X utiliza ferramentas em que permitem a cidadãos anónimos trabalhar em conjunto através da Internet - *Partido X: Empecemos por lo más fácil: echémosles de ahí*, página 25. O recente movimento *Podemos*, página 29, procura uma forma de fazer política porque, os políticos tradicionais (que permitiram a crise económica facilitando a corrupção), são incapazes de fazer sair o país da crise.

“Parece que os gurus da velha Europa se obstinam ultimamente a querer explicar aos ativistas dos movimentos Occupy, Indignados, handi-trans-gays-lésbicas-intersex e postporn que não poderemos fazer a revolução porque não temos uma ideologia. Eles dizem “uma ideologia” como minha mãe dizia “um marido”. *Nós dizemos REVOLUÇÃO*, página 33, diz Beatriz Preciado.

Participação Social, o novo fantasma das elites

Por Ladislau Dowbor

<http://outraspalavras.net/brasil/>

[participacao-o-grande-fantasma-das-elites/](#)

O texto na nossa Constituição é claro, e se trata nada menos do que do fundamento da democracia: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Está logo no artigo 1º, e garante portanto a participação cidadã através de representantes ou diretamente. Ver na aplicação deste artigo, por um presidente eleito, e que jurou defender a Constituição, um atentado à democracia não pode ser ignorância: é vulgar defesa de interesses elitistas por quem detesta ver cidadãos se imiscuindo na política. Preferem se entender com representantes.

A democracia participativa em nenhum lugar substituiu a democracia representativa. São duas dimensões de exercício da gestão pública. A verdade é que todos os partidos, de todos os horizontes, sempre convocaram nos seus discursos a que população participe, apoie, critique, fiscalize, exerça os seus direitos cidadãos. Mas quando um governo eleito gera espaços institucionais para que a população possa participar efetivamente, de maneira organizada, os agrupamentos da direita invertem o discurso.

É útil lembrar aqui as manifestações de junho do ano passado. As multidões que manifestaram buscavam mais quantidade e qualidade em mobilidade urbana, saúde, educação e semelhantes. Saíram às ruas justamente porque as instâncias representativas não constituíam veículo suficiente de transmissão das necessidades da população para a máquina pública nos seus diversos níveis. Em outros termos, faltavam correias de transmissão entre as

necessidades da população e os processos decisórios.

Os resultados foram que se construíram viadutos e outras infraestruturas para carros, desleixando o transporte coletivo de massa e paralisando as cidades. Uma Sabesp vende água, o que rende dinheiro, mas não investe em esgotos e tratamento, pois é custo, e o resultado é uma cidade rica como São Paulo que vive rodeada de esgotos a céu aberto, gerando contaminação a cada enchente. Esta dinâmica pode ser encontrada em cada cidade do país onde são algumas empreiteiras e especuladores imobiliários que mandam na política tradicional, priorizando o lucro corporativo em vez de buscar o bem estar da população.

Participação funciona. Nada como criar espaços para que seja ouvida a população, se queremos ser eficientes. Ninguém melhor do que um residente de um bairro para saber quais ruas se encham de lama quando chove. As horas que as pessoas passam no ponto de ônibus e no trânsito diariamente as levam a engolir a revolta, ou sair indignadas às ruas. Mas o que as pessoas precisam é justamente ter canais de expressão das suas prioridades, em vez de ver nos jornais e na televisão a inauguração de mais um viaduto. Trata-se aqui, ao gerar canais de participação, de aproximar o uso dos recursos públicos das necessidades reais da população. Inaugurar viaduto permite belas imagens; saneamento básico e tratamento de esgotos muito menos.

Mas se para muitos, e em particular para a grande mídia, trata-se de uma defesa deslavada da política de alcova, para muitos também se trata de uma incompreensão das próprias dinâmicas mais modernas de gestão pública.

Um ponto chave, é que o desenvolvimento que todos queremos está cada vez mais ligado à educação, saúde, mobilidade urbana, cultura, lazer e semelhantes. Quando as pessoas falam em crescimento da economia, ainda pensam em comércio, automóvel e semelhantes. A grande realidade é que o essencial dos processos produtivos se deslocou para as chamadas políticas sociais. O maior setor econômico dos Estados Unidos, para dar um exemplo, é a saúde, representando 18,1% do PIB. A totalidade dos setores industriais nos EUA emprega hoje menos de 10% da população ativa. Se somarmos saúde, educação, cultura,

esporte, lazer, segurança e semelhantes, todos diretamente ligados ao bem estar da população, temos aqui o que é o principal vetor de desenvolvimento. Investir na população, no seu bem estar, na sua cultura e educação, é o que mais rende. Não é gasto, é investimento nas pessoas.

A característica destes setores dinâmicos da sociedade moderna é que são capilares, têm de chegar de maneira diferenciada a cada cidadão, a cada criança, a cada casa, a cada bairro. E de maneira diferenciada porque no agreste terá papel central a água; na metrópole, a mobilidade e a segurança e assim por diante. Aqui funciona mal a política centralizada e padronizada para todos: a flexibilidade e ajuste fino ao que as populações precisam e desejam são fundamentais, e isto exige políticas participativas. Produzir tênis pode ser feito em qualquer parte do mundo, coloca-se em contêiner e se despacha para o resto do mundo. Saúde, cultura, educação não são enlatados que se despacham. São formas densas de organização da sociedade.

Eu sou economista, e faço as contas. Entre outras contas, fizemos na Pós-Graduação em Administração da PUC-SP um estudo da Pastoral da Criança. É um gigante, mais de 450 mil pessoas, organizadas em rede, de maneira participativa e descentralizada. Conseguem reduzir radicalmente, nas regiões onde trabalham, tanto a mortalidade infantil como as hospitalizações. O custo total por criança é de 1,70 reais por mês. A revista Exame publica um estudo sobre esta Organização da Sociedade Civil (OSC), porque tenta entender como se consegue tantos resultados com tão poucos recursos. Não há provavelmente instituição mais competitiva, mais eficiente do que a Pastoral, se comparada com as grandes empresas, bancos ou planos privados de saúde. Cada real que chega a organizações deste tipo se multiplica.

A explicação desta eficiência é simples: cada mãe está interessada em que o seu filho não fique doente, e a mobilização deste interesse torna qualquer iniciativa muito mais produtiva. Gera-se uma parceria em que a política pública se apoia no interesse que a sociedade tem de assegurar os resultados que lhe interessam. A eficiência aqui não é porque se aplicou a última recomendação dos

consultores em *kai-ban*, *kai-zen*, *just-in-time*, *lean-and-mean*, *TQM* e semelhantes, mas simplesmente porque se assegurou que os destinatários finais das políticas se apropriem do processo, controlem os resultados.

As organizações da sociedade civil têm as suas raízes nas comunidades onde residem, podem melhor dar expressão organizada às demandas, e sobre tudo tendem a assegurar a capilaridade das políticas públicas. Nos Estados Unidos, as OSCs da área da saúde administram grande parte dos projetos, simplesmente porque são mais eficientes. Não seriam mais eficientes para produzir automóveis ou represas hidroelétricas. Mas nas áreas sociais, no controle das políticas ambientais, no conjunto das atividades diretamente ligadas à qualidade do cotidiano, são simplesmente indispensáveis. O setor público tem tudo a ganhar com este tipo de parcerias. E fica até estranho os mesmos meios políticos e empresariais que tanto defendem as parcerias público-privadas (PPPs), ficarem tão indignados quando aparece a perspectiva de parcerias com as organizações sociais. O seu conceito de privado é muito estreito.

Eu, de certa forma graças aos militares, conheci muitas experiências pelo mundo afora, trabalhando nas Nações Unidas. Todos os países desenvolvidos têm ampla experiência, muito bem sucedida, de sistemas descentralizados e participativos, de conselhos comunitários e outras estruturas semelhantes. Isto não só torna as políticas mais eficientes, como gera transparência. É bom que tanto as instituições públicas como as empresas privadas que executam as políticas tenham de prestar contas. Democracia, transparência, participação e prestação de contas fazem bem para todos. Espalhar ódio em nome da democracia não ajuda nada.

Ladislau Dowbor

Ladislau Dowbor é professor de economia nas pós-graduações em economia e em administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e consultor de várias agências das Nações Unidas. Seus artigos estão disponíveis online em <http://dowbor.org>

Will Potter: “El poder está aterrorizado por el potencial de los movimientos sociales”

“La mayoría de los activistas de este país no van a ser perseguidos por la ‘Ley de Seguridad Ciudadana’, pero la intención es asustar a los ciudadanos, lograr que se mantengan en silencio”, asegura el conocido periodista e investigador, que denuncia la criminalización de los movimientos sociales.

Alejandro López de Miguel - Madrid 28/11/2013

En pleno siglo XXI y en el seno de las sociedades occidentales que se jactan de ser democráticas, el miedo y la represión se revalorizan como armas empleadas por gobiernos y multinacionales para frenar los movimientos sociales que persiguen cambios. Al menos, esta es la teoría que defiende en conversación telefónica con Público Will Potter, conocido escritor y periodista independiente estadounidense sin pelos en la lengua.

Autor de media docena de libros y conferenciante habitual en decenas de universidades dentro y fuera de las fronteras de EEUU, Potter ha estampado su firma en publicaciones como *The Los Angeles Times*, o *The Washington Post*, y entre los días 23 y 25 de este mes visitó nuestro país para promocionar su nueva obra: *Green Is the New Red (Los Verdes son los nuevos Rojos)* en la que analiza la criminalización de los movimientos sociales.

El espionaje de la NSA, la persecución de Edward Snowden y Julian Assange o la asociación de terrorismo a reivindicaciones sociales que los poderes se empeñan en defender son algunos de los temas que preocupan a Potter, que rechaza frontalmente normativas como la nueva Ley de Seguridad Ciudadana de Rajoy, que considera “increíblemente peligrosa”.

¿Podría explicar el título del libro que ha estado promocionando estos días en España? ¿Por qué Los Verdes son los nuevos Rojos?

En este trabajo comparo el uso que se hace hoy del lenguaje para señalar y marcar a los activistas políticos como terroristas con el periodo de McCarthy, el *Red Scare o Miedo a lo Rojo* que tuvo lugar en EEUU tras la Segunda Guerra Mundial. No digo que lo que pasa hoy sea lo mismo que lo que ocurrió entonces, pero hay ciertas similitudes, y conocer esta realidad ayuda a entender como han sido criminalizadas las protestas ciudadanas, especialmente en el caso de los defensores de los animales y activistas medioambientales, señalados como la principal amenaza nacional en Estados Unidos. La razón de ser del libro es mostrar lo que he descubierto a través de mis investigaciones: las técnicas que las corporaciones utilizan, cómo se están propagando a otros países y cómo se centran en los defensores de los derechos de los animales y los ecologistas en EEUU. Hay una tendencia a la criminalización de todas las protestas, y creo que lo que está ocurriendo a quienes se manifiestan por los derechos ciudadanos sirve como ejemplo. Políticos y policías dicen que algunas de estas acciones pueden ser constitutivas de delito.

¿Suelen quebrantar la ley estas protestas? Me refiero a las reivindicaciones de ecologistas, pero también a las de otros grupos como el 15-M. Ellos aluden a que los activistas incumplen la ley, ¿tienen argumentos para hacer esta afirmación?

Es cierto que en cada movimiento social en la historia ha habido personas que han incumplido la ley; no es algo nuevo, pero lo que está pasando es que esa etiqueta, esa marca, se está usando para justificar nuevas leyes que no se limitan a afectar a quienes literalmente están infringiendo la ley. En mis investigaciones en particular he visto como esta etiqueta del ecoterrorismo se ha utilizado con los grupos más militantes, algunos ilegales, para pasar a usarse contra los principales movimientos pro derechos animales o ecologistas.

Creo que el mensaje que subyace a estos hechos debería preocupar a todos los ciudadanos, porque afecta a todas las sociedades...Y es que la represión está diseñada para extenderse a más organizaciones y movimientos sociales.

En el libro alerta de cómo el FBI está usando sus recursos para luchar contra los movimientos ecologistas. ¿Puede probarlo? ¿Está ocurriendo esto con otros movimientos sociales?

En respuesta a la segunda pregunta: sí, está pasando con otros movimientos sociales, pero en base a lo que dice el Gobierno los movimientos por los derechos animales y ecologistas se han convertido en la máxima prioridad del FBI, son su objetivo prioritario. En relación a la primera pregunta, sobre cómo probarlo... Hablan abiertamente de esta realidad. El FBI habla de esto en comparecencias ante la prensa o ante el Congreso. En mis trabajos he compartido documentos obtenidos de fuentes abiertas que muestran de manera algo más detallada cómo ha ocurrido todo esto, y es importante enfatizar que no hay una conspiración secreta ni nada similar: esto es algo público, están orgullosos de cómo lo están haciendo.

Hablando de cómo se utiliza la palabra terrorista y otros términos que criminalizan estos movimientos en EEUU... Hace un año, varios miembros del Gobierno de Mariano Rajoy compararon protestas ciudadanas en las que los ciudadanos se manifestaban frente a los domicilios de figuras políticas con el terrorismo de ETA. En las últimas semanas, el mismo Gobierno ha anunciado su decisión de crear una normativa bautizada como Ley de Seguridad Ciudadana , que castigará a los activistas que escalen edificios para colocar pancartas con multas de entre 1.000 y 30.000 euros. ¿Son éstos ejemplos del mismo fenómeno, la misma realidad que usted denuncia en su libro?

Es exactamente el mismo fenómeno. Las tácticas de criminalización a las que aludo en mis trabajos no siempre

se incluyen en una misma ley, sino que se plasman en distintas normativas, distintos casos judiciales. Creo que el único rasgo novedoso de esta nueva ley del Gobierno español es que incluye todos estos aspectos al mismo tiempo, pero muchos de ellos son idénticos a la realidad que describo en el libro: señalar como objetivos a los manifestantes, restringir las protestas, intentar ilegalizarlas o poner en el punto de mira a los activistas de Greenpeace que cuelgan una pancarta en lo alto del Congreso. La nueva ley española me ha resultado impactante porque no me había percatado de hasta qué punto se habían extendido estas tácticas. Sabía que había muchos aspectos parecidos, especialmente con el modo en que los ecologistas y defensores de los derechos de los animales han sido perseguidos.... Esta ley es increíblemente peligrosa.

La nueva ley de Rajoy establecerá multas de entre 30.000 y 600.000 euros para quienes protesten sin permiso o registren imágenes de policías mientras trabajan. ¿Son estas penas similares a las aplicadas en EEUU o allí son incluso peores?

La diferencia es que en EEUU muchas de estas normativas han puesto énfasis en enviar a los activistas a la cárcel en vez de conformarse con imponer multas desproporcionadas, que también son habituales en nuestro país. Lo peor es que se proponen muchas iniciativas al respecto, normativas que han perseguido la constitución de la desobediencia civil pacífica como un delito que puede acarrear penas de hasta diez años de prisión. También tengo entendido que en España quieren ilegalizar que se comparta información en los medios de comunicación social sobre concentraciones no autorizadas... Es distinto, pero creo que el propósito común es asustar a la gente. La mayoría de los activistas de este país no van a ser perseguidos por esta nueva ley, pero la intención es asustar a la gente, que tenga miedo de enfrentarse a estas situaciones, lograr que se mantengan en silencio. Es la misma razón que ha motivado estas tácticas en EEUU.

¿Por qué quieren asustar a la gente? ¿Tienen miedo a las reacciones, a la repercusión de las protestas ciudadanas que vemos hoy?

El poder está aterrorizado por el potencial de los movimientos sociales. En los últimos tres años hemos visto grandes cambios a nivel internacional en asuntos como la atención a los problemas medioambientales, o en el modo de hablar sobre problemas económicos, gracias a movimientos como Occupy Wall Street. Ellos cambiaron el modo de tratar estos asuntos en EEUU. Sé que en España ha habido campañas similares, y creo que los poderosos están aterrorizados por el potencial que existe en estos movimientos, capaces de poner en pie a toda la sociedad. Tienen miedo de lo que podría ocurrir si la sociedad actuara en base a estos valores.

Ha seguido las actividades de Occupy Wall Street, y ha oído hablar de la actividad del 15-M. ¿Qué huella han dejado estos movimientos casi tres años después de su nacimiento? Cada vez suelen acudir menos personas a la mayoría de las concentraciones del 15-M. ¿Dónde es evidente el impacto de estos movimientos sociales?

Ocurre lo mismo en EEUU. La gente ya no ocupa espacios públicos, pero no creo que esta sea la única prueba, la única demostración de la importancia de estos movimientos. Más importante que la ocupación de un espacio público es el cambio en la agenda pública que ha tenido lugar. Al inicio me resultaba chocante la velocidad con la que los medios mayoritarios internacionales comenzaron a hablar sobre clases, sobre economía, sobre la igualdad económica y el poder ciudadano en EEUU. Haber logrado introducir estos temas en la agenda pública es un cambio muy radical, y ha ocurrido gracias a movimientos como Occupy Wall Street. El verdadero impacto de estos movimientos es que hicieron públicos estos problemas que hoy siguen siendo tratados. La tensión y la frustración con el poder de las grandes corporaciones en EEUU está creciendo, sigue creciendo cada día...

Cuando Edward Snowden hizo públicas las primeras informaciones sobre las escuchas de la NSA, los líderes europeos pusieron el grito en el cielo y pidieron explicaciones. Cinco meses después, Europa no ha hecho suficientes preguntas y EEUU no ha dado suficientes respuestas. ¿Por qué? ¿Sabían en Bruselas lo que estaba pasando?

Estas revelaciones tuvieron el poder de desestabilizar a todo el Gobierno de EEUU. Literalmente, no somos capaces de entender el verdadero impacto de lo que Estados Unidos parece haber estado haciendo; cuanta más información sale a la luz, mayor es el daño. Creo que esa es la razón por la que Snowden ha sido duramente perseguido, por la que Julian Assange y WikiLeaks han sido ferozmente perseguidos, en un intento del Gobierno de desviar la atención y no enfrentarse a estos asuntos. Si quieres una respuesta más directa: se niegan a responder porque no quieren que la gente conozca las respuestas.

También hay quien afirma que Europa no está haciendo suficientes preguntas. Hace algunas semanas, una delegación del Parlamento Europeo viajó a Washington para obtener respuestas de la Administración Obama sobre los juegos de espías de la NSA. Tuvieron reuniones con Apple, con congresistas, senadores... Pero volvieron sin respuestas. No fueron capaces de decir: "sí, efectivamente han espionado a ciudadanos europeos", o "no, no ha ocurrido". Por lo que respecta a EEUU, ¿está el espionaje de la NSA en la agenda pública?

Es un tema recurrente, pero a menudo no se trata de la manera más crítica. Casi todos los americanos están familiarizados con la historia, pero no existe una gran preocupación social por la vigilancia. No creo que haya sido debidamente investigado o seguido por los medios, y sólo unos pocos periodistas han formulado preguntas sólidas al Gobierno sobre lo que está ocurriendo. No ha tenido la atención que se merece.

Hasta este momento era posible utilizar internet y las redes sociales sin censura en nuestro país, pero como usted mismo ha señalado el Gobierno quiere castigar la difusión de concentraciones no autorizadas en el marco de la reforma del Código Penal. ¿De qué forma podrían los ciudadanos emplear armas como internet y las redes sociales para lograr mejores resultados?

Es una gran pregunta. Vivimos en un entorno en el que es imposible no utilizar las poderosas herramientas de las que disponemos, pero su uso también ha sido criminalizado, y está claro que gobiernos y corporaciones utilizan la red de redes para espiarnos, para obtener información sobre nosotros. Creo que es importante que usemos estas herramientas, pero debemos tener claras las consecuencias, y ser conscientes de que la información que proporcionamos puede ser utilizada por empresas y gobiernos. En mi trabajo resulta especialmente difícil: como periodista independiente requiero de estas herramientas para difundir mis artículos, para que los ciudadanos conozcan mi trabajo, pero escribo sobre la vigilancia y la represión, y siento una creciente reserva al hacer uso de estas herramientas.

Es paradójico.

Si, es difícil, no quiero... No me imagino un mundo en el que la gente no usase estas poderosas herramientas, pero tenemos que ser más cuidadosos al hacerlo.

Usted se describe como un periodista independiente. En este caso no debe soportar la censura de un medio mientras trabaja, pero imagino que tratando estos temas habrá recibido presiones por parte de gobiernos y organizaciones. ¿Es así?

Sí. Desgraciadamente, esta es una gran verdad. La razón por la que he escogido mantener mi independencia es que me permite escribir sobre varios temas de manera muy crítica,

y creo que no sería posible si hubiese seguido trabajando en periódicos. Como resultado, no tengo un medio que me respalde, del que pueda depender. Han monitorizado mis discursos, mi web, mis entrevistas, y he descubierto que el FBI tiene documentos que me relacionan a mí y a mi labor periodística con el terrorismo. Aún así, esto no es nada comparado con las experiencias de otras personas que he recopilado en el libro, pero me da problemas. El hecho de escribir sobre estos temas también me ha convertido en un objetivo.

¿Quién ganará la batalla? ¿Los intentos de gobiernos y corporaciones de criminalizar las reivindicaciones sociales o las protestas ciudadanas y la libertad de prensa?

Es importante recordar que la razón por la que esto está ocurriendo en España, en EEUU y en otros países es que estos movimientos sociales están siendo muy efectivos, suponen una amenaza para el poder corporativo y han logrado sacar a la luz cuestiones profundas relacionadas con nuestra concepción del poder en los sistemas democráticos. Creo que hay un mayor apoyo social a estos asuntos hoy en día. La represión siempre va a ir en aumento, y creo que la gente debe ser consciente de ello, pero ocurre porque tenemos un potencial enorme, porque pequeños grupos de ciudadanos han demostrado ser capaces de lograr importantes objetivos, y creo que este poder seguirá creciendo. La gente debe recordar que el objetivo de estas prácticas es asustarnos, que incluso si no eres un manifestante o activista no importa, porque ellos son las personas más afectadas sólo de manera inmediata. La lucha por los derechos civiles y ciudadanos afecta a todos, y es importante levantarse para apoyar a estos grupos ahora, antes de que gobiernos y corporaciones pongan su punto de vista en otros movimientos y continúe la criminalización.

<http://www.publico.es/internacional/485445/will-potter-el-poder-esta-aterorizado-por-el-potencial-de-los-movimientos-sociales>

Quem tem medo da Política de Participação Social

Por André Felipe Portugal

<http://outraspalavras.net/brasil/>

[quem-tem-medo-da-politica-de-participacao-social/](#)

Vários têm sido os comentários negativos dirigidos ao Decreto nº 8.243/2014, editado pela Presidente Dilma Rousseff, que institui a Política Nacional de Participação Social. Dada a elevada repercussão de textos a esse respeito, penso ser desnecessária uma elucidação detalhada da matéria tratada pelo decreto. Para situar o leitor, apenas relembro que se cuida de uma medida destinada a incluir a sociedade civil no âmbito das decisões políticas; para uma análise mais pormenorizada, recomendo a leitura do próprio decreto. Nas críticas, fala-se em golpe institucional, em inconstitucionalidade escandalosa, em extinção da democracia, institucionalização de um modelo bolivariano, semelhante ao verificado na Venezuela, etc.

Correndo-se o risco de uma generalização excessiva dos argumentos utilizados para a desqualificação do decreto, menciono os que foram considerados mais relevantes: 1) a inclusão dos movimentos sociais, institucionalizados ou não, seria, a bem da verdade, na medida em que grande parcela de tais movimentos estariam dominados e vinculados ao PT, um meio de eternizar o partido no poder; 2) a medida consistiria em uma verdadeira violação aos princípios da democracia representativa, principalmente porque os movimentos sociais estariam a substituir os representantes eleitos pela maioria do povo e; 3) o ato normativo traria uma violação à igualdade formal (perante a lei), pois os membros de movimentos sociais teriam um privilégio não conferido ao cidadão comum nas decisões políticas de nossa sociedade.

A meu ver, os críticos do decreto, para além do tom apelativo, partem de premissas bastante equivocadas sobre a democracia. E, aqui, pretendo evitar quaisquer desqualificações dos textos em razão, por si só, de quem são os seus autores, bem como quaisquer concordâncias (ou contestações) com o decreto tendo como pressuposto o partido responsável por sua edição, como muitos costumam fazer. Penso que isso é bastante perigoso, e um convite a argumentos que, no mais das vezes, recaem sobre meras petições de princípio – e que não entram, portanto, no cerne da questão em debate. Daí é que registro a ausência de qualquer finalidade ou vínculo de cunho partidário na escrita deste texto.

Feitas tais considerações, quero dizer que vejo com bons olhos o conteúdo do decreto. Com efeito, penso ser bastante reducionista qualquer visão que restrinja o âmbito das decisões políticas aos representantes eleitos, ou que limite a democracia ao direito de eleger tais representantes. Vivemos em uma sociedade progressivamente complexa e aberta, com expectativas, legítimas, as mais variadas (Luhmann). Daí a importância da sociedade civil, por exemplo, na interpretação de textos constitucionais, como lembra Peter Häberle. Também é daí que surge a importância de se procurar ampliar, ao máximo, o conceito de “sociedade civil”. E, nesse processo, os movimentos sociais (e isso não se limita àqueles que simpatizam com o PT) exercem uma função bastante relevante, na medida em que representam expectativas que, pelo processo político de eleições, nem sempre podem ser consideradas – principalmente quando sociedades empresárias são responsáveis por uma parcela considerável do bolo destinado ao financiamento de campanhas eleitorais. A democracia, portanto, não deve ser delegativa, mas participativa, ou deliberativa, a possibilitar um auditório de diálogo o mais universal e aberto possível, em que sejam ouvidos, de modo equitativo, tolerante e não exclusivo, os argumentos de todos os envolvidos – afinal, todo discurso que se pretenda universal (no âmbito da comunidade política) deve se abrir a toda sorte de críticas. Somente assim, poderemos todos ser considerados responsáveis por nossas próprias decisões, como lembra

Karl Popper.

Veja-se que a democracia deliberativa não visa substituir a forma representativa. Trata-se de um complemento, com vistas a uma legitimação (procedimental) do próprio direito. Por isso, as duas primeiras críticas não são válidas.

A terceira crítica, por sua vez, perde sua validade com a mera leitura do texto do inciso I, do artigo 2, do decreto, que coloca os cidadãos (ou seja, aqueles que não participam de qualquer movimento social) na definição de sociedade civil. Por isso, não haveria qualquer privilégio a quem eventualmente participe de movimentos sociais.

Não pretendo me alongar. Trata-se de um texto apenas destinado a analisar o que tenho percebido nos últimos dias, com relação a esse tema. Apenas afirmo, com Tocqueville (vide *A Democracia na América*), que, ao contrário do que muitos parecem crer, a ampliação da participação política, além de tudo o que se falou, parece ser um remédio bastante eficaz de combate à crescente alienação vivenciada em nossos tempos (pós-)modernos.

Italy, a Test Lab for Participatory Democracy

By Carola Frediani

6/11/2013

[http://techpresident.com/news/wegov/24489/
italy-test-lab-participatory-democracy](http://techpresident.com/news/wegov/24489/italy-test-lab-participatory-democracy)

Online platforms for participatory democracy are flourishing in Italy and they are being initiated by civil society and local governments alike. Some of these tools are limited to 'social reporting,' where citizens are asked to recount problems and disruptions; others strive for empowering people with some sort of liquid democracy that allows people to debate and even propose legislation. But all of these platforms grew out of a deep dissatisfaction toward Italian politics and politicians, as shown by the high level of abstention in the 2013 national elections as well as the contemporary success of the Five Star Movement, an anti-establishment party that suddenly became the second most popular in the parliament's lower house. In the last few years, the economic crisis, the corruption scandals and the governments' inability to make structural reforms — such as changing the current electoral law, which establishes a proportional voting system that does not allow citizens to vote directly for individual candidates — fueled anger as well as political will among the public to demand that government give them a say on all levels of decision-making.

Thus, despite the country's low broadband penetration rate — 55 percent compared to a European average of 72 percent — Liquid Feedback has been trending in the Peninsula's politics and media, particularly in the last year. Liquid Feedback is an open source platform that was launched a few years ago by the German Pirate Party in order to foster a more interactive democracy. It has been enthusiastically adopted by civil society groups, politicians

within the Democratic Party, the Five Star Movement, and even by a T.V. talk show, Servizio Pubblico, that briefly used the platform to interact with its audience. The Liquid Feedback platform is only one of many; a variety of tools to enable bottom-up decision making are now being tested by local municipalities in Italy and being developed by small groups of volunteers.

“Right now Italy is a lab for participatory online platforms since there is a strong need to rebuild trust into politics and politicians,” Fiorella De Cindio, Associate Professor at the Computer and Information Science Department of the University of Milan and an expert on e-participation technologies, told techPresident.

The Five Star Movement, a grassroots initiative led by comedian-turned-activist Beppe Grillo, is the most vocal supporter of these new online participatory tools. The movement started in December 2012 by selecting candidates for parliament through an online voting process, selected among 1,400 activists who had to introduce themselves through a campaign video. It was an unprecedented move. However, only 31,612 activists registered to vote and, of those, only 20,252 actually voted. Moreover, Grillo and Gianroberto Casaleggio, the co-founder and tech-master of the Five Star Movement, were accused of not submitting the online selection to independent verification.

In March 2013, the movement went on to hold online consultations to select their own presidential candidate and promised a more complete tool to allow members to participate. However, reflecting the party’s own fragmentation, the Five Star Movement has been unable to focus on one single participatory project, and the national Liquid Feedback platform called for by activists and promised by Grillo never materialized, at least not as an official party project. As we’ll later see, a few local Five Star groups have been boldly experimenting with different tools and philosophies.

Meanwhile, in January 2013, Laura Puppato, a senator of the Democratic Party, launched her own Liquid Feedback platform, Tu Parlamento. It allows any citizen to propose, comment and vote on policies and bills. The

votes are not really binding, but Puppato and the other 14 parliamentarians who adhered to the initiative committed themselves to incorporate the bottom-up ideas put forth on the platform into their legislative activities. Around the same time, another Democratic politician, Umberto Ambrosoli, who ran unsuccessfully for president of the Lombardy region, adopted a Liquid Feedback platform to gather proposals during his campaign but later abandoned the tool.

Despite the bipartisan interest for the Liquid Feedback software originally developed by the German Pirates, other platforms have emerged. Just a few weeks ago, the Parma municipality, which is run by the Five Star Movement, decided to test Airesis, a tool that allows groups and communities to better organize and reach decisions. It was developed by an independent group of volunteers scattered across Italy. The municipality's intent is to invite citizens to join the platform and allow them to discuss and vote on local issues.

"Airesis is not based on Liquid Feedback. Its code has been developed from scratch," Alessandro Rodi, a 27-year-old web developer who co-founded the project, explained to techPresident. "We want to build not just an online voting system, but a complete and flexible tool, where public discussion is helped through facilitators."

I met Rodi during a unique workshop organized by the University of Milan called The Codes of Democracy. It was a dense gathering of coders and anti-establishment politicians, including Paolo Coppola, a lower house deputy for the Democratic Party, who a few years back launched an online platform to field citizen ideas and complaints within the Udine municipality where he was the Councillor of Innovation and e-Government at the time. Coppola has shown interest in the local implementation of Airesis and says he is studying the tool along with other parliamentarians.

Despite the proliferation of participatory democracy platforms, it's not clear yet if any of them are working. De Cindio, who helped both Ambrosoli and Puppato build their own Liquid Feedback platforms, notes some shortcomings: "I think there are mainly two challenges: first, since there are many different platforms, we probably need to take the best from each one of them; secondly, politicians, even the ones

who are willing to engage in these participatory experiments, must understand that they have to give up some of their power and control.” Ambrosoli, for instance, only replied to 27 percent of the proposals selected by citizens through his own platform. After the end of his campaign, he appeared to have lost interest in these kinds of tools.

Among the many online platforms, the most radical ones are emerging from the Five Star Movement. A few weeks ago Grillo launched a web application to enable the party members to discuss the bills put forward by its parliamentarians. Users write comments and vote through a five star rating system which has already been criticized for being too simplistic. So far the application, bombastically labelled the Five Star operating system, is still in beta mode: only one bill has been uploaded. The application is open to the movement activists who registered before June 30 to participate on the platform. According to Italian journalist Fabio Chiusi, who has closely followed Five Star’s online activities, it has drawn “a few tens of thousands” of users.

But the most revolutionary platform is coming from a local group of the Five Star Movement. Last July a branch of activists led by Lazio regional councilor Davide Barillari introduced Electronic Parliament, a Liquid Feedback-based platform which allows its users to write and vote on bills. Proposals that receive the most votes will be binding. The platform makes the users’ will sovereign, although three online expert commissions will be set up in order to assess technical, economic and constitutional feasibility.

“The commissions are made of activists randomly chosen among a pool of field experts,” Emanuele Sabetta, another Lazio regional councilor, told techPresident. “We wanted to overcome the old e-democracy problem of receiving proposals that are impossible to implement.

“However, the citizen users, and not the commissions, have the last word on the bills. The experts give their opinion and warn about possible technical problems, but users may decide to vote for the proposals nonetheless. Electronic Parliament is now in its beta phase: about one thousand users equipped with security tokens are testing it. By February 2014 the number of users should grow to

about ten thousand.

“We have been contacted by many European groups working on direct democracy, such as Swedish Aktiv Demokrati, Icelandic Citizens Foundation and Spanish Movimiento 15-M,” says Sabetta. “Our idea is to found an NGO to promote e-democracy tools all over the world”. The Electronic Parliament’s main challenge seems to be scalability. But to its credit, it is a platform that is truly based on the idea of transparency: from the open source software to the open vote system to the way the security is implemented and guaranteed. The fact that its decisions are binding avoids the risk of having them manipulated or frozen by politicians. The Electronic Parliament is probably the most radical experiment in direct democracy so far in Italy. Maybe it is too radical though. Even for Grillo and Casaleggio.

Carola Frediani is an Italian journalist and co-founder of the media agency, Effecinque.org. She writes on new technology, digital culture and hacking for a variety of Italian publications, including L’Espresso, Wired.it, Corriere della Sera, Sky.it. She is the author of *Inside Anonymous: A Journey into the World of Cyberactivism*.

Personal Democracy Media is grateful to the Omidyar Network and the UN Foundation for their generous support of techPresident’s WeGov section.

Partido X: “Empecemos por lo más fácil: echémosles de ahí”

La Red Ciudadana Partido X despeja su incógnita cargando contra el bipartidismo y exhibiendo las caras de múltiples ciudadanos anónimos que trabajan en conjunto y sincronizados en Internet para ser “la variable que cambiará el espacio electoral”

Jairo Vargas - Madrid 08/10/2013

Hace diez meses que la Red Ciudadana Partido X irrumpió por sorpresa con un vídeo futurista en el que aseguraba que iba a “reiniciar el sistema”. Desde entonces, incógnitas y silencios con alguna aparición puntual. *Público** ha adelantado quiénes están detrás de este partido, pero ha sido este martes cuando, **el Partido X se ha quitado la máscara** públicamente en un acto de presentación simultáneo en Madrid, Barcelona, Zaragoza, Palma, Málaga, Granada y Sevilla; pero detrás de ella, ninguna sorpresa: “Sólo somos ciudadanos normales y anónimos”, han dicho durante su acto en el Círculo de Bellas Artes de Madrid. Muchos, eso sí. Cientos de ciudadanos conectados a través de Internet, de todas las ciudades del país que trabajan conjuntamente para “resetear el espacio electoral”.

“Si venís a ver candidatos a las elecciones, este no es el lugar”, adelantaba Armando, uno de los miembros de este partido, a un auditorio rebosante de gente. “Somos ciudadanos que quieren cambiar la historia. Lo imprevisto. La variable que cambiará todo”, continuaba Armando.

Pero ¿Cómo? ¿Porqué votar al Partido X? ¿Cuándo se presentará a unas elecciones? La X del nombre no es la única incógnita que les falta por resolver. El de este martes era un acto de presentación para los ciudadanos. El miércoles será el momento en el que los periodistas podrán hacer

preguntas a todas estas caras que con tanta insistencia querían verse.

“Somos ciudadanos que quieren cambiar la historia. Lo imprevisto. La variable que cambiará todo” Lo que sí han despejado es su forma de trabajar y su hoja de ruta para lograr la “democracia y punto” que pretenden en la que todos los ciudadanos puedan participar directamente en las decisiones que afectarán a su día a día. Herramientas como pads, aplicación para la edición colaborativa online de documentos de texto o listas de e-mails son su método. “Puede que no les guste a todos pero es el que hemos elegido”, aseguran. “Sólo después de esto habrá una verdadera democracia en la que los ciudadanos tengan el poder”, explicaba otro de sus miembros.

Derecho a voto real y permanente

“El sistema de voto electrónico existe desde 2011 en el Congreso y es extensible al resto de ciudadanos”

Para ello proponen cuatro mecanismos: Transparencia, referéndums vinculantes, poder Legislativo y Ejecutivo ciudadanos (wikilegislación y wikigobierno) y, el punto más revolucionario, “derecho a voto real y permanente”.

“¿Se imaginan la posibilidad de revocar a un diputado electo?”, se ha preguntado un abogado sevillano que trabaja en esta red ciudadana. Asegura que no es tan descabellado y que lo recoge el artículo 23 de la Constitución [Los ciudadanos tienen el derecho a participar en los asuntos públicos, directamente o por medio de representantes, libremente elegidos en elecciones periódicas por sufragio universal]. “Participando directamente, no como ahora, los ciudadanos podemos tomar las decisiones que creemos correctas y que nos afectan. Eso amplía la democracia representativa”, ha asegurado.

Actualmente, los diputados que no están en la Cámara cuando se está votando alguna norma, tienen la posibilidad de que su voto también se compute. “El sistema de voto

electrónico existe desde 2011 en el Congreso y sería fácilmente extensible al resto de ciudadanos, incluso para los que no dispongan de Internet”, ha apuntado el letrado.

Acabar con el despilfarro y la corrupción

La corrupción de políticos e instituciones es uno de los temas que, según el CIS, más preocupa a los españoles. También es otra de las bazas que el Partido X quiere jugar y su apuesta al respecto es fuerte. Se llama Hervé Daniel Falciani, el informático francoitaliano que entre 1997 y 2007 se apropió de una lista con más de 130.000 evasores fiscales mientras trabajaba en el banco suizo HSBC.

Falciani, junto a otros pesos de la lucha contra la corrupción como Raúl Burillo Pacheco – inspector de Hacienda al frente del equipo de inspectores del caso Palma Arena – o el 15MpaRato – que presentó una querella contra los gestores de Bankia – formarán parte de una “Comisión Ciudadana Anticorrupción” según ha avanzado el Partido X. Pese a que estaba previsto, no ha sido posible realizar la conexión en directo con el informático que estuvo en prisión por revelar quiénes evadían impuestos a la Hacienda de varios países.

Previsión: 3,5 millones de votos en la generales

“PP y PSOE están abocados a sumar fuerzas si quieren gobernar” Una de las partes que más interés ha desatado entre la audiencia ha sido la radiografía de la actual situación electoral que ha esbozado Jaime Miquel, analista electoral con 30 años de experiencia que ha trabajado para la mayoría de los partidos del arco parlamentario, incluso para algunos que ya no existen, como UCD.

Este analista ha asistido en calidad de invitado, pero ha ofrecido su total colaboración con la Red Ciudadana para que “la oportunidad exista”. “El momento es ahora” ha asegurado Miquel, para quien la desconfianza de los ciudadanos ante los políticos que muestran las encuestas, unido a la crisis

de la autonomías y la crisis de confianza en la UE, deja las previsiones de tal forma que el bipartidismo sólo podría gobernar si pactan el Gobierno. “Desde 2008, PP y PSOE han perdido 11 millones de votos y la abstención llega a sumar 7,6 millones”, ha explicado. “PP y PSOE están abocados a sumar fuerzas si quieren gobernar”, ha insistido, y eso conllevará “la destrucción de su electorado”

El escenario, ha dicho, es muy parecido al de Grecia cuando Syriza decidió no pactar con el PASOK, por eso ha sentenciado que “la ciudadanía pide ruptura frente al sistema de partidos para terminar con la actual clase política”.

Según sus cálculos, de presentarse a las próximas elecciones europeas, el Partido X podría obtener 1,5 millones de votos y, si eso se cumple, en las elecciones generales podría llegar a 3,5 millones. “Prometo llevaros por el camino más rápido”, les ha dicho a los ciudadanos anónimos.

Rescate ciudadano

“Nunca más elecciones sin nosotros, sin vosotros, sin los ciudadanos” “Hace falta un rescate ciudadano. Nunca más elecciones sin nosotros, sin vosotros, sin los ciudadanos. Nunca más unas elecciones en las que se hable de los temas que les benefician a ellos en lugar de los que nos benefician a nosotros. Empecemos por lo más fácil y lógico: echémosles de ahí aunque sólo sea por justicia y dignidad. Si para ello es necesario presentarse a las elecciones y ganarlas, lo haremos. En esta lucha no tenemos nada que perder”, ha concluido Simona Levi, otra de las integrantes del Partido X.

*[http://www.publico.es/espana/473513/
partido-x-empecemos-por-lo-mas-facil-echemosles-de-ahi](http://www.publico.es/espana/473513/partido-x-empecemos-por-lo-mas-facil-echemosles-de-ahi)*

Podemos es un método para el protagonismo popular y ciudadano. Queremos que nuestro programa se conforme a través de la participación de la ciudadanía y los Círculos Podemos. Nadie sabe mejor qué es lo que necesitamos que los ciudadanos que día a día sacan adelante el país.

Democracia

<http://podemos.info/>

Nuestras diferencias con otros partidos políticos

- Hay que cambiar la forma de hacer política. Los políticos de ahora nos han llevado a la crisis. Debemos desconfiar de estos políticos para salir de la crisis. PODEMOS es un grupo de ciudadanos. Queremos cambiar la forma de hacer política.
- Las personas que sufren por la crisis necesitan soluciones rápidas. Los políticos de otros partidos proponen cambios muy lentos, pero las personas que sufren la crisis no pueden esperar más tiempo. PODEMOS quiere acabar ya con el sufrimiento de las personas. Nosotros proponemos cambios que se vean pronto.
- Nuestra profesión es otra diferente de ser políticos. Los políticos de otros partidos forman un grupo con privilegios. Estos políticos se preocupan por sus intereses en vez de por los intereses de los ciudadanos. Estos políticos desconocen los problemas de los ciudadanos. Los miembros de PODEMOS somos ciudadanos con sus trabajos. Nuestra

profesión no es ser políticos. En PODEMOS nos organizamos en círculos. Los círculos son grupos de trabajo. En estos grupos proponemos soluciones para los problemas de los ciudadanos.

- Debemos unirnos para ganar las elecciones. Los políticos están acabando con los derechos sociales. Queremos unirnos con todas las personas opuestas a estos políticos. Debemos estar juntos para ganar las elecciones a estos políticos. Ven a nuestras asambleas y participa. No necesitas un carné de afiliado.
- PODEMOS sobrevive de las donaciones de personas. PODEMOS no pide dinero a los bancos y a las empresas, como otros partidos. PODEMOS depende del dinero aportado por las personas. Esta forma de conseguir dinero nos hace libres frente a las empresas y los bancos.

Nuestras principales propuestas

LA DEMOCRACIA Y LOS CIUDADANOS

- Construiremos una democracia verdadera.
- La democracia debe frenar los recortes económicos y de derechos.
- Recuperaremos el derecho de los pueblos a decidir su futuro.
- Pagaremos solo la deuda justa.
- La Constitución española obliga a pagar toda la deuda.
- Queremos revisar la deuda y pagar la deuda justa.
- No queremos pagar una deuda injusta.
- Controlaremos los bancos.
- Queremos poner un impuesto a las compras y ventas en los mercados financieros.
- Construiremos una economía para las personas.
- Defenderemos el medio ambiente.
- Queremos que los recursos básicos sean de todos.

EL TRABAJO

- Defenderemos unas condiciones de trabajo adecuadas.
- También queremos unas pensiones adecuadas para los jubilados.
- Proponemos que las personas paguen más impuestos cuando ganan más dinero.
- Queremos que el trabajo se reparta entre todas las personas.

LA VIVIENDA

- Aseguraremos el derecho de los ciudadanos a tener una casa adecuada.
- Proponemos pisos de alquiler baratos y detener los desahucios.

LOS DERECHOS

- Recuperaremos los servicios públicos, como por ejemplo la educación, la sanidad, la justicia, la luz y el gas, la información y la cultura.
- Defenderemos el derecho de las mujeres a abortar.
- También defenderemos los derechos de las personas homosexuales y transexuales.
- Eliminaremos la ley que reduce los derechos de las personas extranjeras en España.

Nuestras propuestas para las personas con discapacidad

En PODEMOS tenemos un grupo de trabajo dedicado a la discapacidad. Se llama Círculo PODEMOS Discapacidad. Nuestras propuestas más importantes son estas:

- Las personas con discapacidad queremos formar parte del Gobierno. Las asociaciones de personas con discapacidad y sus familias solo negocian con el Gobierno. A la vez, las asociaciones dependen del Gobierno para conseguir dinero. Por eso, las asociaciones tienen que dejar de lado sus peticiones muchas veces.

PODEMOS Discapacidad reconoce el papel importante de las asociaciones para negociar derechos y conseguir dinero, pero queremos más: queremos formar parte del Gobierno.

- Nada sobre nosotros sin nosotros. Hay muchos expertos que dicen que conocen los problemas de las personas con discapacidad, pero es mentira. Las personas con discapacidad son los verdaderos expertos de su vida. Los familiares y las personas que trabajan con estas personas también conocen los problemas de las personas con discapacidad. Las personas con discapacidad deben decidir las soluciones a sus problemas.
- Las personas con discapacidad debemos interesarnos por la política. Las decisiones de los políticos tienen consecuencias en nuestra vida diaria. Por eso, las personas con discapacidad debemos interesarnos por los políticos y las decisiones de los políticos.
- Queremos cambios profundos. Las personas con discapacidad y sus familias sufren mucho por los recortes económicos y sociales. PODEMOS propone unos cambios profundos para acabar con la desigualdad de las personas con discapacidad. PODEMOS propone la igualdad real con asistencia personal para todas las personas que la necesiten, la educación para todas las personas y la inclusión en el trabajo.
- Somos un grupo grande y con mucha fuerza. En España, 1 de cada 10 personas tiene discapacidad. Además, en 1 de cada 5 familias hay personas con discapacidad. Somos un grupo muy grande y tenemos fuerza para provocar cambios. Las decisiones de los políticos a favor de las personas con discapacidad benefician a todas las personas, porque cualquier persona puede tener una discapacidad en cualquier momento de su vida.

Nós dizemos REVOLUÇÃO

Por Beatriz Preciado

<http://www.uninomade.org/nos-dizemos-revolucao/>

Parece que os gurus da velha Europa se obstinam ultimamente a querer explicar aos ativistas dos movimentos Occupy, Indignados, handi-trans-gays-lésbicas-intersex e postporn que não poderemos fazer a revolução porque não temos uma ideologia. Eles dizem “uma ideologia” como minha mãe dizia “um marido”. Pois bem, não precisamos nem de ideologia nem de marido. As novas feministas, não precisamos de marido porque não somos mulheres. Assim como não precisamos de ideologia porque não somos um povo. Nem comunismo nem liberalismo. Nem o refrão católico-muçulmano-judeu. Falamos uma outra linguagem. Eles dizem representação. Nós dizemos experimentação. Eles dizem identidade. Nós dizemos multidão. Eles dizem controlar a periferia. Nós dizemos mestiçar a cidade. Eles dizem dívida. Nós dizemos cooperação sexual e interdependência somática. Eles dizem capital humano. Nós dizemos aliança multi-espécies. Eles dizem carne de cavalo nos nossos pratos. Nós dizemos montemos nos cavalos para fugir juntos do abatedouro global. Eles dizem poder. Nós dizemos potência. Eles dizem integração. Nós dizemos código aberto. Eles dizem homem-mulher, Branco-Negro, humano-animal, homossexual-heterossexual, Israel-Palestina. Nós dizemos você sabe que teu aparelho de produção de verdade já não funciona mais... Quanto de Galileu precisaremos desta vez para re-aprender a nomear as coisas, nós mesmos? Eles nos fazem a guerra econômica a golpe de facção digital neo-liberal. Mas nós não choraremos a morte do Estado-providência, porque o Estado-providência era também o hospital psiquiátrico, o

centro de inserção das pessoas com deficiência, a prisão, a escola patriarcal-colonial-heterocentrada. Está na hora de pôr Foucault na dieta handi-queer e de escrever a morte da Clínica. Está na hora de convidar Marx para um ateliê eco-sexual. Não vamos adotar o estado disciplinar contra o mercado neoliberal. Esses dois já travaram um acordo: na nova Europa, o mercado é a única razão governamental, o Estado se tornou o braço punitivo cuja única função será aquela de re-criar a ficção da identidade nacional por meio do medo securitário. Nós não desejamos nos definir como trabalhadores cognitivos nem como consumidores farmacopornográficos. Nós não somos Facebook, nem Shell, nem Nestlé, nem Pfizer-Wyeth. Não desejamos produzir francês, e tampouco europeu. Não desejamos produzir. Nós somos a rede viva descentralizada. Nós recusamos uma cidadania definida por nossa força de produção ou nossa força de reprodução. Nós queremos uma cidadania total definida pelo compartilhamento das técnicas, dos fluidos, das sementes, da água, dos saberes... Eles dizem que a guerra limpa se fará com drones. Nós queremos fazer amor com os drones. Nossa insurreição é a paz, o afeto total. Eles dizem crise, nós dizemos revolução.



PUB002 // JUL014